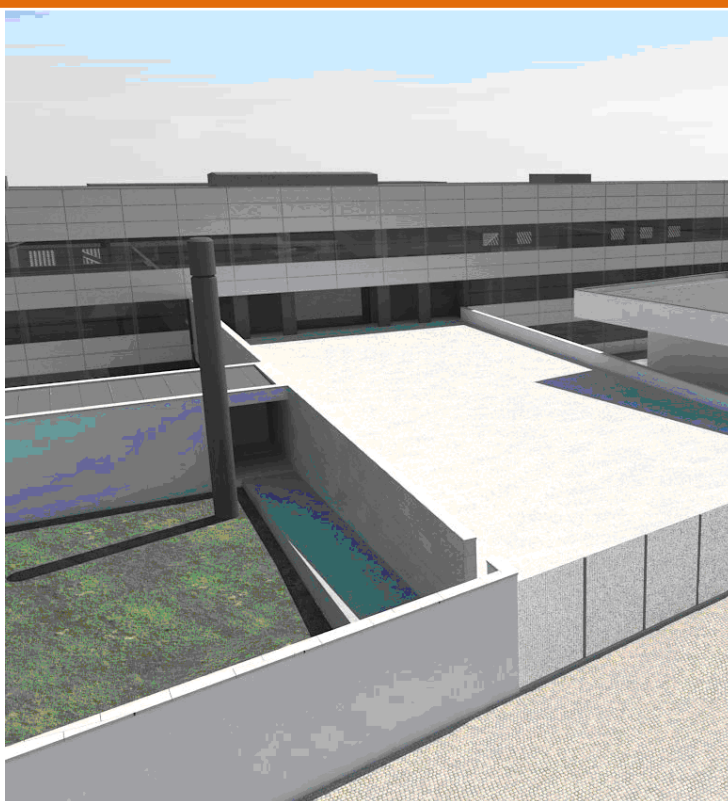


PROJETO EDUCATIVO DE ESCOLA



CRESCER DE FORMA SUSTENTADA

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. A NOSSA IDENTIDADE - A NOSSA HISTÓRIA	2
3. A NOSSA IDENTIDADE - QUEM SOMOS	3
3.1 Onde estamos	3
3.2 Recursos materiais	3
3.3 Oferta Curricular	4
3.4 Recursos Humanos.....	5
4. OS NOSSOS PROBLEMAS – UM DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	5
4.1 Avaliação interna.....	6
4.2 Avaliação Externa.....	7
4.3 Áreas de intervenção prioritárias.....	7
5. O NOSSO PROJETO EDUCATIVO. PARA ONDE QUEREMOS IR	8
5.1 Missão e visão	8
5.2 Área I - Aumentar o número de alunos	9
5.3 Área II - Reduzir o insucesso escolar	10
5.4 Área III - Diminuir a indisciplina na escola	12
5.5 Oportunidades e constrangimentos	13
5.6 Acompanhamento, avaliação e revisão do projeto	13

1. INTRODUÇÃO

A nossa Escola é uma instituição vocacionada para a lecionação de cursos profissionais do ensino secundário, cursos de educação e formação (9º Ano) e cursos vocacionais, a que se acrescenta o ensino científico-humanístico e o ensino básico regular. Somos ainda a escola sede da modalidade de oferta educativa e formativa de Ensino a Distância.

O Projeto Educativo de Escola (PEE) é o documento de planeamento institucional e estratégico que consagra as principais linhas da orientação educativa e prioridades de ação da Escola e um instrumento operatório para todos os membros da comunidade escolar. Essa orientação, expressa nos objetivos que se propõe alcançar e nas estratégias de atuação que mobiliza para esse efeito, deve ter em conta, para além dos recursos materiais e humanos disponíveis, a história e a cultura da própria Escola. Em conjunto com o Contrato de Autonomia, o Regulamento Interno e o Plano Anual de Atividades, entre outros meios operatórios, o PEE é o instrumento privilegiado do exercício da autonomia da Escola. Constituindo-se como uma referência para todos os intervenientes na ação educativa, o PEE assegura a coesão e a coerência dessa mesma ação, encontrando no Plano Anual de Atividades o meio da sua própria concretização.

A orgânica deste projeto assenta na escolha de três grandes áreas de intervenção que consubstanciam outros tantos desideratos: o aumento do número de alunos, a redução do insucesso e abandono escolar e a diminuição da indisciplina. Esta segmentação ou definição de áreas funcionais, estruturalmente artificial, persegue fins meramente instrumentais: auxilia a forma de se organizar a ação e a complexidade da realidade. Na verdade, as três áreas entrecruzam-se profundamente. Por exemplo: o sucesso escolar contribui para o aumento do número de alunos, mas, por sua vez, para o sucesso concorrem fatores como a disciplina ou a assiduidade dos alunos, o envolvimento das famílias, a existência de meios/equipamentos adequados, a forma como a Escola é gerida, se organiza e se pensa a si própria.

A definição das áreas de intervenção foi criteriosamente ponderada e levou em conta os resultados das últimas avaliações, interna e externa, para além, naturalmente, da análise da situação atual. A concentração num número restrito de objetivos faz diminuir o grau de dispersão e constitui, por isso, uma condição de eficácia do projeto educativo.

***Nota:** Aspectos relacionados com a organização escolar, habitualmente constantes dos projetos educativos, são, na nossa escola, objeto de um documento dedicado, aprovado pelo conselho pedagógico e divulgado no final do ano letivo anterior àquele a que se aplica. Entre outros aspetos, estão lá definidos os critérios de constituição de turmas, bem como da organização dos horários de alunos e professores e do calendário escolar.*

2. A NOSSA IDENTIDADE - A NOSSA HISTÓRIA

Francisco Fonseca Benevides nasceu em Lisboa em 1836 e faleceu em 1911. Foi professor de Física e de Hidrografia no Instituto Industrial de Lisboa e de Mecânica de Artilharia na Escola Naval de Lisboa. Em 1914, na freguesia lisboeta de Santos-o-Velho, nasce a Escola Professor Benevides, instituição inteiramente dedicada ao ensino técnico. Em 1956/1957, o curso de Auxiliar de Laboratório de Química é transferido da Escola Industrial de Marquês de Pombal para as suas instalações. Nessa data, adota o nome de Escola Industrial de Fonseca Benevides.

A década de 1960, com a oferta de especializações em áreas emergentes (radar, televisão e computadores), haverá de trazer à Escola enorme prestígio público. Em 1963, parte das instalações são transferidas para o edifício (Rua dos Lusíadas) que pertencera, desde 1886, à Escola Industrial de Marquês de Pombal. Em 1987/1988, com a deslocação do curso de Química para o edifício-sede, entretanto parcialmente remodelado, são definitivamente abandonadas as já muito degradadas instalações de Santos-o-Velho. A década seguinte verá acrescentar-se um novo edifício ao património existente.

Sem nunca descurar o chamado “ensino regular”, a Escola procurou manter-se sempre na vanguarda do ensino profissionalizante, ora acomodando rapidamente as novas propostas oriundas da tutela, ora oferecendo disciplinas que não existiam nos currículos nacionais. Assim, com referência ao ano de

1983, diversos são os tipos de cursos que irão sendo ministrados: Cursos Técnico-Profissionais, Cursos de Formação Inicial (CFI), Programa 15-18, Cursos Tecnológicos, Cursos de Educação e Formação (CEF), Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e, mais recentemente, Cursos Vocacionais. Acresce dizer que, desde o ano de 2010-11, a Escola é sede de um projeto único no país: o Ensino a Distância.

Em 2008/2009, com a transferência para o Pólo de Educação e Formação D. João de Castro (Alto de Santo Amaro), a Escola fica dotada com excelentes condições ao nível de instalações e equipamentos, circunstância que lhe tem permitido aprofundar, com seriedade e empenho, um projeto iniciado há... 100 anos.

3. A NOSSA IDENTIDADE - QUEM SOMOS

3.1 Onde estamos

A Escola está localizada no Alto de Santo Amaro, em Alcântara. Esta velha freguesia lisboeta, que representa cinco por cento do território da cidade, é marcada por profundos contrastes culturais e arquitetónicos, o que lhe dá uma personalidade muito característica no contexto da cidade de Lisboa. É riquíssimo o elenco de organismos, instituições e monumentos existentes na freguesia. Alguns dos organismos e instituições são parceiros da Escola em diversas atividades e estão representados no Conselho Geral.

O encerramento de inúmeras empresas industriais ao longo do último século, sem prejuízo da transformação de alguns edifícios das antigas fábricas em armazéns e escritórios, foi a par com uma forte redução da população residente. Não obstante o surgimento, nas duas últimas décadas, de novas zonas habitacionais voltadas para a classe média e de muitos espaços de diversão e restauração, em termos populacionais, Alcântara é uma zona algo envelhecida. Presentemente, quase trinta por cento dos habitantes têm mais de 65 anos. Esta estrutura etária apresenta valores de envelhecimento superiores à média da cidade de Lisboa. Relativamente às habilitações literárias, quase cinquenta por cento têm apenas o ensino básico. Se é verdade que muitos alunos da Escola são oriundos da freguesia, outros tantos provêm de bairros periféricos, ou mesmo de concelhos limítrofes, sobretudo os do ensino secundário.

3.2 Recursos materiais

A Escola integra o Pólo de Educação e Formação D. João de Castro, conjuntamente com a Escola Secundária Rainha D. Amélia e o Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica (CINEL). No Pólo, cuja existência jurídica é consagrada pelo Despacho n.º 23896/2009, existem espaços de uso exclusivo e espaços partilhados, como o refeitório, o pavilhão gimnodesportivo e a Biblioteca Escolar. A gestão integrada das instalações é da responsabilidade de um diretor do Pólo. A empresa Parque Escolar é titular do direito de propriedade dos edifícios do Pólo.

As atuais instalações resultaram de uma profunda requalificação e ampliação da antiga Escola Secundária de D. João de Castro, edifício originalmente datado de 1949, com traço do arquiteto José Costa e Silva. Realizada no âmbito do programa de modernização das escolas do ensino secundário afetas ao ministério da Educação, a obra esteve a cargo da empresa Parque Escolar, E. P. E., e contou com projeto do Arquiteto Gonçalo Byrne.

Esta circunstância dotou a Escola com modernas instalações e meios tecnológicos facilitadores de práticas ativas e atividades experimentais. As salas de aula, apetrechadas com computadores e meios de videoprojeção, e as oficinas e laboratórios, totalmente equipados, oferecem, no conjunto, as condições ideais para o ensino de excelência pelo qual a Escola tem sido reconhecida ao longo dos seus muitos anos de vida, em particular na área técnica. A existência de um ginásio, de um pavilhão gimnodesportivo e de campos de jogos exteriores asseguram, igualmente, boas condições para a prática da Educação Física. Porém, é notória a falta de um auditório (projetado, mas nunca concretizado) e de uma Sala de Alunos. Na ausência desta, o refeitório e os corredores acabam, inevitavelmente, por funcionar como lugares de convívio. O excelente espaço da Biblioteca, por razões naturais, não pode servir estes fins.

3.3 Oferta Curricular

A Escola Secundária de Fonseca Benevides, apesar de se assumir como escola especialmente vocacionada para o ensino de cariz profissionalizante, continua a empenhar-se noutro tipo de formações. Conquanto não seja um elemento estratégico, a inclusão da oferta curricular no Projeto Educativo tem em vista contribuir para uma melhor compreensão de algumas opções fundamentais da Escola. Os cursos assinalados com “ED” são exclusivamente lecionados no Ensino a Distância.

Ensino Básico – 2º ciclo (ED)

- 5º e 6º anos

Ensino Básico – 3º ciclo

- 7º, 8º e 9º anos

Ensino Básico – Cursos de Educação e Formação (CEF) - Tipo 3

- Eletromecânico de equipamentos industriais
- Instalação e reparação de computadores
- Eletricista de instalações
- Operador de laboratório

Cursos vocacionais – 3º ciclo

- Eletrotecnia, robótica e energias renováveis
- Técnico de laboratório, de higiene e de segurança no trabalho
- Instalação e manutenção de equipamentos informáticos
- Turismo e comunicação

Ensino Secundário

Cursos Científico-Humanísticos

- Ciências e tecnologias
- Línguas e humanidades (ED)

Cursos Profissionais

- Técnico de eletrónica, automação e computadores
- Técnico de eletrónica e telecomunicações
- Técnico de instalações elétricas
- Técnico de gestão de equipamentos informáticos
- Técnico de energias renováveis
- Técnico de análise laboratorial
- Técnico de apoio à gestão desportiva
- Técnico de comunicação, marketing, relações públicas e publicidade (ED)

Educação e Formação de Adultos (EFA) – ensino noturno

- Técnico de análise laboratorial
- Técnico de eletrónica, automação e computadores
- Técnico instalador de sistemas solares fotovoltaicos
- Técnico de segurança e higiene do trabalho

Projeto de Ensino a Distância (ED)

A Escola integra, desde agosto de 2010, o singular projeto de “Ensino a Distância”, uma parceria de sucesso com a Direção Geral de Educação. Destinado aos filhos dos profissionais itinerantes, circenses, feirantes e aos demais que, comprovadamente, não podem usufruir da forma presencial de ensino, o projeto oferece uma carta variada de níveis, abrangendo os 2º e 3º ciclos do ensino básico e o ensino secundário. Atendendo às condições específicas das crianças e jovens incluídos, o projeto corporiza uma forma digna de combate ao insucesso e abandono escolares.

Português Língua Não Materna

Com o objetivo de integrar alunos provenientes de outras nacionalidades, a Escola oferece três níveis distintos de aulas de Língua Portuguesa como língua não materna: iniciação, intermédio e avançado. Estas aulas ocorrem em simultâneo com as aulas de Português da turma onde os alunos se encontram matriculados.

3.4 Recursos Humanos

Com acentuada tendência decrescente nos últimos anos, a Escola conta com 72 docentes: 49 pertencem ao quadro; 23 são contratados. Dispõe, ainda, de 18 assistentes operacionais (6 são contratos de emprego-inserção), de 8 assistentes técnicos (1 é contrato de emprego-inserção), de uma Psicóloga, que pertence ao quadro, de uma docente de Educação Especial e de um elemento do Gabinete Coordenador de Segurança Escolar. Compreenderemos melhor essa tendência se dissermos que em 2010/2011, ano em que a Inspeção Geral da Educação visitou a Escola, o corpo docente era constituído por 104 professores e existiam, então, 22 assistentes operacionais.

4. OS NOSSOS PROBLEMAS – UM DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

A representação social que (ainda) existe dos cursos profissionalizantes atrai um significativo número de alunos com um histórico escolar pontuado por algum insucesso e com baixas expectativas relativamente às aprendizagens e ao seu futuro académico. Uma parte da nossa população discente é de estratos sociais médios baixos ou baixos e muitos são beneficiários da Ação Social Escolar. As habilitações dos pais e encarregados de educação situam-se, principalmente, ao nível do ensino básico. O acompanhamento que as famílias fazem do percurso escolar dos seus educandos é, em geral, reduzido, situação, em parte, explicada pelo facto de muitos alunos serem maiores de idade. Situações de indisciplina, absentismo e alguma desistência escolar são fatores que existem e que condicionam as possibilidades de sucesso.

A procura de cursos de carácter profissional deixou de corresponder, para muitos alunos, a uma genuína opção vocacional, para se converter numa espécie de “último recurso” de quem quer concluir a escolaridade obrigatória. Esta alteração sociológica, acentuada ao longo dos últimos anos, traduziu-se em “perca de imagem” de muitas escolas marcadamente técnicas. A nossa não foi exceção. Apesar do prestígio de outrora ter esmorecido, o nome e a imagem que a Escola conquistou, no ensino técnico, durante o extenso período da sua vida permitem que os seus diplomados, em geral, continuem a gozar do reconhecimento pela qualidade do seu desempenho profissional.

A Escola foi sujeita, nos últimos anos, a alterações sucessivas ao nível da rede escolar, quer no ensino básico, quer no ensino secundário, que não foram por si determinadas. Algumas propostas de abertura de cursos não foram autorizadas. Essa circunstância teve reflexos diretos no número de alunos, uma vez que conduziu à supressão de turmas reais e potenciais. Ora, a diminuição do número de alunos é, justamente, uma das nossas preocupações.

O estabelecimento formal de momentos de autoavaliação que envolvem toda a comunidade escolar, a regular recolha e análise, envolvendo vários órgãos, dos dados escolares e dos valores relacionados com a disciplina ou a aferição do grau de consecução das atividades propostas são práticas que potenciam a capacidade interna de melhoria e autorregulação da escola. Porém, a relativa assistemática

destas práticas no passado limitou a sua utilização como ferramenta de intervenção estratégica e global de planeamento da ação educativa. É desiderato corrigir esse problema.

Apresentamos, de seguida, uma sistematização mais concreta dos pontos fortes e fracos da Escola identificados nas últimas avaliações interna e externa, aspeto essencial do diagnóstico estratégico. Se é verdade que é necessário ultrapassar as fragilidades encontradas, também é importante consolidar aquilo que já fazemos bem. A operacionalização de alguns objetivos, como adiante se verá, contempla ações que procuram consolidar os nossos pontos fortes.

4.1 Avaliação interna

No ano letivo de 2009/2010, como parte integrante do processo de autoavaliação, foram elaborados e aplicados vários inquéritos por questionário aos diferentes intervenientes da comunidade escolar seguindo o modelo da «Estrutura Comum de Avaliação» (*Common Assessment Framework* ou CAF). Na sequência desse trabalho, foi elaborado um diagnóstico organizacional com a identificação precisa dos pontos fortes e fracos da Escola e a indicação das suas prioridades de ação.

De entre os **pontos fortes** recenseados, destacamos os seguintes:

- A adequação dos cursos e das disciplinas de oferta própria da Escola às necessidades da comunidade e interesses dos alunos.
- A incorporação, no Plano Anual de Atividades, de um conjunto de objetivos básicos bem definidos e realizáveis.
- O trabalho desenvolvido pelos diretores de turma na coordenação da equipa de professores do conselho de turma.
- A existência de protocolos de estágios com empresas e instituições.
- A garantia de estágios para todos os alunos e o acompanhamento adequado desses mesmos estágios
- A análise permanente dos resultados obtidos pelos alunos.
- A adequação dos conteúdos programáticos às características de cada turma.
- A boa relação entre os elementos da comunidade educativa.
- A disponibilidade permanente dos órgãos de gestão e a abertura ao diálogo.

Pontos fracos:

- O Projeto Educativo.
- A ausência de registo do cumprimento dos objetivos inerentes ao Plano Anual de Atividades.
- A inexistência de indicadores chave de desempenho que permitam medir, anualmente, o desempenho da Escola, a sua evolução e posterior avaliação/correção.
- A inexistência de Associação de Pais e de Associação de Estudantes.
- A não implementação do sumário digital.
- A pouca participação dos encarregados de educação na vida da escola.
- Os valores da indisciplina.
- O insucesso escolar.

A equipa de autoavaliação da Escola definiu um plano de ações de melhoria, que foi cumprido com sucesso, e que incidiu sobre os três primeiros pontos identificados como fracos.

Este trabalho tornou mais fácil perceber que os grandes problemas da Escola não se centravam unicamente nos resultados escolares mas, também, naquilo que pode contribuir para a sua melhoria: um projeto educativo adequado, um ajustamento mais efetivo das atividades da Escola aos seus objetivos educativos, o estabelecimento de um observatório da qualidade escolar que pudesse fornecer indicadores precisos sobre a realidade da Escola, a procura de um maior envolvimento dos pais na vida da Escola e no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos e a valorização das atitudes e comportamentos positivos dos alunos.

4.2 Avaliação Externa

No ano letivo de 2010/2011 decorreu a avaliação externa da Escola. Também aqui foram identificados os pontos fortes e fracos. Deles dá conta o relatório final da Inspeção-Geral da Educação (IGE):

Pontos fortes

- A diversificação da oferta educativa visando a valorização das aprendizagens e a redução do absentismo e abandono escolares, bem como o reconhecimento, pelas empresas que acolhem os estágios, das competências técnico-profissionais dos alunos.
- A ação desenvolvida pelo Serviço de Psicologia e Orientação, em articulação com os diretores de curso e de turma, alunos e famílias, nomeadamente na vertente da (re)orientação escolar e vocacional, bem como na divulgação da oferta educativa e captação dos alunos.
- A abrangência do currículo, o fomento das práticas experimentais e a valorização dos saberes e das aprendizagens em diferentes áreas, com forte impacto na formação integral dos discentes.
- As excelentes condições físicas proporcionadas pelo processo de requalificação e ampliação dos espaços, facilitadoras de práticas ativas e de atividades experimentais, nomeadamente no âmbito dos cursos de vertente profissionalizante.
- A capacidade da Escola para aceitar novos desafios educativos, nomeadamente pela adesão ao projeto Ensino a Distância, e apostar em cursos que abrem novas perspetivas de inserção na vida ativa.

Pontos fracos

- A insuficiente corresponsabilização dos alunos nas tomadas de decisão e na sua implicação na organização de atividades.
- A prevalência de comportamentos indisciplinados em algumas turmas que afetam o funcionamento das atividades e o ambiente educativo propício às aprendizagens.
- A não definição de metas mensuráveis nos departamentos curriculares, tendo em vista a aferição dos processos delineados face aos resultados obtidos, o que diminui a sua capacidade interna de melhoria.
- A falta de indicadores de mensurabilidade que permitam efetuar a monitorização e avaliar o grau de consecução dos objetivos definidos no Projeto Educativo, limita a sua eficácia enquanto instrumento de gestão.
- A não utilização do processo de autoavaliação como ferramenta de intervenção estratégica e global de planeamento, limitando a capacidade interna de melhoria da Escola.

4.3 Áreas de intervenção prioritárias

O relatório da IGE, acima referido, concluía, identificando oportunidades e constrangimentos, ou seja, condições externas que poderiam, ou não, favorecer o cumprimento dos objetivos. Assim, considerou como uma **oportunidade** para o reforço de uma imagem positiva da Escola a consolidação e o alargamento das parcerias com instituições de ensino superior e entidades públicas ou privadas, e como **constrangimento**, o reduzido número de assistentes operacionais face ao número de alunos e à configuração e amplitude das instalações da Escola.

No que respeita à *oportunidade*, a escola tem persistido numa atitude ativa de procura e consolidação de parcerias, facto consubstanciado na celebração de dezenas de protocolos com empresas e organismos públicos. Esses acordos abrangem, entre outras, as áreas da formação em contexto de trabalho, desenvolvimento de trabalhos experimentais integrantes das disciplinas da formação técnica, aulas assistidas pelos nossos alunos nos laboratórios das universidades, conferências realizadas na Escola e visitas de estudo.

Importante para o reforço de uma imagem positiva da Escola no exterior, o estabelecimento de parcerias de formação, e de protocolos de cooperação, é, por isso, peça integrante da ação estratégica definida na primeira área de intervenção inscrita no PEE.

O relatório final da IGE atribuiu à Escola a menção global de BOM. Contudo, foram classificados como “suficientes” os domínios “Resultados” e “Capacidade de autorregulação e melhoria da Escola”. Ora, tem sido exatamente sobre estes domínios que a Escola tem concentrado diversas ações nos últimos anos. Reconhecemos, porém, que a melhoria dos resultados tem ficado aquém do que pretendemos.

Dos valores recolhidos no final do ano letivo de 2012/2013, salientamos os seguintes indicadores:

- 23% de taxa de sucesso nos cursos científico-humanísticos.
- 36% de taxa de conclusão nos cursos profissionais.
- 56% de taxa de sucesso no 3º ciclo.
- 22% de taxa de abandono escolar por exclusão por faltas no 3º ciclo.
- 964 participações que levaram à instauração de 79 processos disciplinares.
- 36% de presenças dos pais nas reuniões com os diretores de turma.

Aliado a estes indicadores, sobressai um outro: no início do ano letivo de 2013/14, constatámos um decréscimo de 32% no número de alunos matriculados na Escola, circunstância que, para nós, constitui um motivo de grande preocupação.

Sem surpresas, o plano de ação deste Projeto Educativo assenta, por inteiro, na melhoria dos indicadores apresentados, elegendo as seguintes áreas de intervenção prioritária:

- a) **Aumentar o número de alunos**
- b) **Reduzir o insucesso escolar**
- c) **Diminuir a indisciplina na escola**

5. O NOSSO PROJETO EDUCATIVO. PARA ONDE QUEREMOS IR

5.1 Missão e visão

Qual a **missão** da Escola e que **visão** tem?

A resposta constitui um passo importante no planeamento estratégico.

Missão – A nossa Escola tem uma cultura e uma identidade forjada numa história com 100 anos. Para além das atribuições gerais que lhe são conferidas pela Lei enquanto estabelecimento público de ensino (Dec-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril) e que a tornam semelhante às demais, é na confirmação diária da sua matriz fundadora, mantendo vivas as áreas de referência da formação técnica, que ela colhe grande parte da sua especificidade. É ponto fundamental da sua missão proporcionar aos alunos uma formação adequada à sua inserção socioprofissional e a um exercício profissional qualificado, mas é, também, aspeto central garantir a cada um a apropriação de um núcleo sólido de saberes e competências que lhe permita o prosseguimento de estudos no ensino superior. Este intento é sustentado num conjunto de valores e princípios que julgamos indispensáveis à formação global do aluno e à estrutura de uma escola que se pretende inclusiva: falamos do respeito e da responsabilidade, da solidariedade e da tolerância, do trabalho e do rigor, da equidade e da liberdade, reconhecendo a aprendizagem como um processo de desenvolvimento cognitivo, pessoal, afetivo e social.

Visão – A Escola tem como visão continuar a ser reconhecida como uma instituição de educação e ensino de referência na formação de técnicos qualificados procurados pelo mundo do trabalho.

Feito o diagnóstico estratégico, fundamentada a escolha das áreas de intervenção e apontado o caminho, é altura de apresentarmos os objetivos e as formas de os operacionalizar e avaliar.

5.2 Área I - Aumentar o número de alunos

Objetivo – Aumentar em 30%, até ao fim do triénio, o número de alunos da escola.

Avaliação – Número de alunos matriculados no final do 1º período letivo de cada ano.

Operacionalização:

1. Diversificar as ofertas formativas no contexto das vertentes técnicas que são apanágio da escola.
2. Reforçar as ofertas formativas, no âmbito das áreas tradicionais da escola, considerando as novas modalidades de ensino propostas pela tutela (Ensino Vocacional).
3. Ajustar a oferta formativa às necessidades dos alunos e às exigências do mercado de trabalho, tendo em conta os recursos humanos e materiais disponíveis na escola e o novo quadro de autonomia.
4. Reforçar, no Ensino a Distância (ED), o âmbito das parcerias já existentes, nomeadamente com a Instituição Ajuda de Mãe e com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, e desenvolver contactos tendo em vista novas parcerias.
5. Encarar – estrategicamente - a rede de parcerias existente como oportunidade para a Escola reforçar a reputação dos seus cursos de carácter profissionalizante e a sua imagem no exterior.
6. Divulgar o reconhecimento, pelas empresas que acolhem formandos, das competências técnico-profissionais dos nossos alunos. Recolher depoimentos e publicá-los.
7. Promover a divulgação da escola no exterior, dinamizando iniciativas que aumentem o seu grau de visibilidade (presença em feiras de educação e formação; exposições e mostras de trabalhos, nomeadamente dos trabalhos das provas de aptidão profissional dos cursos; participação e/ou organização de debates e conferências; comemoração de datas festivas e quaisquer outros eventos que possibilitem a interação entre a escola e a comunidade).
8. Reforçar e estreitar a comunicação com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, tendo em vista uma maior divulgação da singularidade do projeto ED junto de outros estabelecimentos escolares.
9. Prever a possibilidade de criação de um *plano de comunicação* contendo mecanismos de comunicação, equipas de divulgação e estabelecendo estratégias para promoção da Escola no exterior.
10. Identificar os elementos externos que podem ser facilitadores da promoção da imagem da Escola no exterior e estabelecer orientações para o aproveitamento das suas potencialidades.
11. Prosseguir com os objetivos que levaram à criação da chamada “Semana da Escola”, espaço privilegiado de ligação com as famílias e com a comunidade local e montra das virtualidades dos cursos e dos trabalhos produzidos pelos alunos.
12. Reforçar e atualizar a presença da Escola na Internet.
13. Reformular e atualizar o folheto de divulgação da Escola.
14. Conceber brochuras informativas, em formato digital, que possam contribuir para dar a conhecer os principais aspetos de cada um dos cursos profissionais.
15. Enviar *press releases* por correio eletrónico para escolas básicas de Lisboa e arredores, incluindo as particulares, com conteúdo informativo sobre a Escola.
16. Aprofundar a articulação entre o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e serviços congéneres noutras escolas, tendo em vista a divulgação da oferta curricular existente.
17. Mobilizar os antigos alunos, solicitando-lhes a partilha de experiências nalguns dos espaços de que a Escola dispõe na Internet ou por outras formas julgadas convenientes.

18. Avaliar a viabilidade da escola poder vir a realizar pequenos *workshops* práticos nas áreas dos cursos profissionais dirigidos a um público mais infantil, tipicamente situado no 2º ciclo, como forma de captar outros públicos.
19. Monitorizar o percurso dos alunos após a conclusão dos seus cursos, colaborando com o Observatório de Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário (OTES).

5.3 Área II - Reduzir o insucesso escolar

Objetivo – Tendo presente os objetivos operacionais definidos no contrato de autonomia, no final do triénio deveremos ter alcançado os seguintes resultados:

- a) 66 % de alunos com classificação positiva nos exames nacionais de Língua Portuguesa e Matemática do ensino básico.
- b) 50 % de alunos com classificação positiva nos exames nacionais obrigatórios do ensino secundário.
- c) 85 % de sucesso no terceiro ciclo.
- d) 66 % de sucesso no ensino secundário. Aprovação em 2/3 dos módulos de cada ano nos cursos profissionais.
- e) 15 % de aumento do número de alunos dos cursos profissionais que concluem o seu curso nos três anos do seu ciclo de formação.

Avaliação – Pautas de avaliação final de cada ano escolar

Operacionalização:

1. Reforçar os apoios prestados pela escola aos alunos com dificuldades de aprendizagem ou de integração, criando novas salas de apoio ao estudo, se necessário, e rendibilizando a utilização das existentes.
2. Criar e dinamizar um espaço para os alunos que, estando dentro da escolaridade obrigatória, foram excluídos da frequência por excesso de faltas.
3. Criar modalidades flexíveis de gestão do currículo e dos programas disciplinares e não disciplinares, de modo a atuar precocemente sobre o risco de abandono e insucesso escolar, possibilidade aberta pelo Contrato de Autonomia.
4. Aprofundar o diálogo entre professores de disciplinas e anos de escolaridade diversos a fim de articularem verticalmente o currículo, estratégia que contribuirá para a diminuição do problema dos requisitos em falta nos alunos (exceto daqueles que estão pela primeira vez na escola).
5. Assegurar a continuidade pedagógica dos docentes como outra forma de garantir a articulação vertical dos conteúdos.
6. Promover mais ações efetivas de gestão de conteúdos entre disciplinas afins.
7. Estabelecer metas mensuráveis nos departamentos curriculares, de forma a aferir os processos delineados tendo em conta os resultados obtidos (por exemplo: graus de cumprimento/consecução dos programas/módulos/metasp curriculares pré-definidas).
8. Aprofundar o processo de avaliação interna da escola, tornando-o um efetivo meio regulador da qualidade do serviço educativo prestado e uma ferramenta de intervenção estratégica e global de planeamento.
9. Reforçar o papel do diretor de turma na monitorização dos resultados escolares dos alunos, principalmente nos cursos profissionais, através da criação e divulgação de pautas dos resultados de todos os módulos, bem como de resumos regularmente atualizados de informação dos módulos em atraso e da situação global de cada aluno.

10. Dinamizar as “Olimpíadas Escolares da Matemática” como forma de promover nos alunos a consolidação/desenvolvimento dos conhecimentos/competências no âmbito desta área disciplinar.
11. Incentivar o trabalho dos clubes e projetos, proporcionando condições humanas e logísticas, nomeadamente no que se refere à gestão dos tempos escolares.
12. Desenvolver competências dos alunos em literacia da informação através de ações de formação promovidas pela Biblioteca Escolar.
13. Dar mais visibilidade aos trabalhos produzidos na escola pelos alunos.
14. Normalizar a prática da enunciação, pelos professores, dos objetivos específicos de cada tema/unidade/subunidade programática, de modo a que o aluno saiba sempre, com precisão, a razão por que está a estudar um dado assunto e o que é que se espera que ele conheça ou saiba fazer no final da sua leccionação.
15. Incentivar a que a planificação da ação educativa e a gestão da comunicação em sala de aula tenham em conta o equilíbrio entre método expositivo e metodologias ativas e diversificadas, mais capazes de tornar as aulas dinâmicas e participadas.
16. Incentivar os pais a acompanhar os seus educandos e a envolverem-se no processo educacional, por exemplo: a) Estabelecendo horários de estudo; b) Acompanhando a elaboração dos trabalhos de casa; c) Acompanhando os trabalhos escolares e os resultados das aprendizagens; d) Verificando regularmente a existência ou não de informações dos professores no caderno diário ou na caderneta escolar; e) Participando nas atividades da escola; f) Comparecendo na escola quando convocado; g) Estando atento ao absentismo escolar e colaborando com os agentes educativos na forma de o controlar; h) Zelando pela justificação das faltas dentro dos prazos regulamentares; i) Verificando se o filho/educando leva para a escola o material de que necessita para trabalhar; j) Valorizando a Escola perante o seu educando.
17. Assegurar condições de aprendizagem e conclusão da escolaridade obrigatória a alunos que não podem usufruir da forma presencial de ensino (Ensino a Distância), outra forma de combater o insucesso.
18. Manter a aposta em cursos profissionalizantes do ensino básico como forma de investir na prevenção do insucesso escolar e na promoção de alternativas que levem os estudantes a permanecer no sistema educativo.
19. Incrementar a ligação da escola às empresas enquadradoras de formação em contexto de trabalho, garantindo essa formação para todos os alunos dos cursos que dela necessitem.
20. Colocar em funcionamento o Observatório da Qualidade Escolar.
21. Melhorar o desempenho profissional dos docentes, dinamizando projetos de autoformação, isto é, formação centrada na escola, e promovendo o estabelecimento de protocolos e parcerias com empresas para formação do corpo docente das áreas técnicas.
22. Modernizar e simplificar processos relacionados com o funcionamento da escola.
23. Manter a instituição de um dia (designado “Dia do Diploma”) dedicado à atribuição de prémios, em sessão pública, aos alunos que concluíram os seus cursos com reconhecido mérito.
24. Levar os alunos a perceber as vantagens de poderem usufruir, na escola, de serviços de orientação escolar e vocacional e de ensino especial (Serviço de Psicologia e Orientação e Núcleo de Apoio Educativo).
25. Promover o desenvolvimento de hábitos de vida saudável (Projeto ÉS).

5.4 Área III - Diminuir a indisciplina na escola

Objetivo – Reduzir em 30% o número de processos e participações disciplinares até ao final do triénio.

Avaliação – Dados do final de cada ano letivo produzidos pelo VIMES

Operacionalização

1. Reforçar o papel do projeto “VIMES” no controlo da indisciplina através da constituição de uma equipa de menos professores com mais tempo dedicado a este projeto.
2. Orientar a ação do VIMES no sentido de aprofundar a vertente preventiva da indisciplina.
3. Implementar um sistema tutorial entre pares para alunos referenciados do ponto de vista disciplinar.
4. Calibrar procedimentos de forma a reduzir o hiato de tempo que medeia entre a ocorrência disciplinar e a aplicação da sanção, aumentando a sua eficácia.
5. Reforçar as medidas preventivas de indisciplina em sala de aula, através da:
 - Concertação, em conselho de turma, das regras de atuação dos professores.
 - Enunciação, por cada professor, na primeira aula do ano letivo, das regras relativas ao comportamento esperado pelos alunos da turma.
 - Informação aos alunos, por cada professor, do significativo peso atribuído ao domínio das atitudes, na ponderação da classificação final dos módulos/disciplinas que leciona e que se encontra definido, a nível de escola, nos critérios de avaliação.
6. Recorrer à co-docência perante situações de dificuldade de desempenho, em particular ao nível da gestão da indisciplina.
7. Valorizar os comportamentos meritórios através da atribuição, em cerimónia pública, de “Prémios de Mérito”.
8. Elaborar um documento de sensibilização dirigido aos pais, encarregados de educação, alunos e professores das turmas que manifestarem comportamentos indisciplinados, de modo a consciencializá-los para as consequências e implicações desses atos na vida da escola, em geral, e dos alunos, em particular. Esse documento será dado a conhecer pelos diretores de turma aos professores, pais e alunos.
9. Promover o exercício da cidadania responsável dos alunos através do incentivo à participação nalguns dos projetos inscritos no Plano Anual de Atividades, em particular nas iniciativas ligadas à solidariedade social.
10. Implicar os alunos na organização de atividades. Valorizar o seu papel interventivo na vida escolar, apoiando e dinamizando projetos válidos por si propostos.
11. Co-responsabilizar os alunos nas tomadas de decisão, garantindo a sua regular participação nos órgãos da escola em que têm assento.
12. Encarar a existência da Associação de Estudantes como uma oportunidade para um envolvimento mais efetivo dos alunos nas decisões estratégicas da escola.
13. Aproveitar as valências de algumas áreas disciplinares para desenvolver, junto dos alunos, um trabalho de sensibilização para o cumprimento do Regulamento Interno, em particular do articulado sobre os deveres.
14. Tornar a realização de assembleias de delegados de turma uma prática instituída.
15. Reforçar a relação escola-família.
16. Reconstituir a Associação de Pais e Encarregados de Educação.
17. Criar o Gabinete de Apoio aos Pais e Encarregados de Educação (GAPPE).
18. Garantir a participação dos encarregados de educação nos órgãos da escola em que têm assento.

5.5 Oportunidades e constrangimentos

Para levar a cabo a sua missão, a Escola tem que aproveitar as oportunidades e evitar/ultrapassar os constrangimentos. Para isso, tem primeiro que identificar uns e outros.

Oportunidades

1. Estabilidade do corpo docente, maioritariamente pertencente ao Quadro.
2. Recursos materiais adequados para a consecução da missão da Escola.
3. Estabelecimento de um Contrato de Autonomia com o Ministério da Educação e Ciência.
4. Experiência acumulada no ensino técnico.
5. Procura crescente por cursos profissionalizantes (em pouco mais de uma década, o número de alunos inscritos quadruplicou em Portugal).
6. Rede de parcerias de formação.
7. A sediação, na Escola, de um projeto único no país: o Ensino a Distância.

Constrangimentos

1. Baixas expectativas escolares por parte de alguns alunos e encarregados de educação.
2. Dificuldades na mobilização dos pais e encarregados de educação para uma participação mais ativa na vida da Escola e no acompanhamento escolar dos seus educandos.
3. Fragilidade social e económica de muitos alunos.
4. Redução de recursos humanos (assistentes técnicos e operacionais).
5. Inexistência de espaço interior específico para convívio dos alunos.
6. Multiplicação de escolas públicas e privadas com financiamento público que apresentam oferta formativa profissionalizante.

5.6 Acompanhamento, avaliação e revisão do projeto

O projeto educativo não é um documento acabado. Por se tratar de um conjunto de princípios orientadores das linhas de ação da escola, será a própria prática a impor a sua revisão.

De acordo com a Lei, o acompanhamento e a avaliação da sua execução são da competência do conselho geral, que emitirá recomendações e pareceres quando entender necessário.

Naturalmente, esta monitorização será complementada por atividades a desenvolver no âmbito do conselho pedagógico. Competirá a este órgão proceder, em cada ano, ao recenseamento e tratamento dos dados que permitirão aferir o cumprimento dos objetivos prioritários inscritos no projeto educativo, sem prejuízo da definição de estratégias de ação tendo em vista a correção de eventuais desvios. Esta análise consubstanciar-se-á na elaboração de relatórios anuais de atividades a apresentar ao conselho geral. Por sua vez, para a consecução desta tarefa concorrerá o escrutínio dos dados resultantes dos mecanismos de autoavaliação implementados pela equipa de verificação do grau de consecução dos objetivos definidos no Plano Anual de Atividades.

O Projeto Educativo de Escola entra em vigor logo após a sua aprovação pelo conselho geral.